

Este material foi testado com as seguintes questões de acessibilidade:

- PDF lido por meio do software *NVDA* (leitor de tela para cegos e pessoas com baixa visão);
- Guia da *British Dyslexia Association* para criar o conteúdo seguindo padrões como escolha da fonte, tamanho e entrelinha, bem como o estilo de parágrafo e cor;
- As questões cromáticas testadas no site *CONTRAST CHECKER* (<https://contrastchecker.com/>) para contraste com fontes abaixo e acima de 18 pts, para luminosidade e compatibilidade de cor junto a cor de fundo e teste de legibilidade para pessoas daltônicas.

DONA AUGUSTA E SUAS RELAÇÕES COM O CAMPO E A EDUCAÇÃO: HISTÓRIA DE VIDA DE UMA MULHER CAMPONESA

DONA AUGUSTA AND HER RELATIONSHIP WITH THE COUNTRYSIDE AND EDUCATION: LIFE STORY OF A RURAL WOMAN

DOÑA AUGUSTA Y SU RELACIÓN CON EL CAMPO Y LA EDUCACIÓN: HISTORIA DE VIDA DE UNA MUJER CAMPESINA



Maria Carolina Machado Magnus

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Santa Catarina, Brasil

maria.magnus87@gmail.com

Resumo: O presente artigo tem por objetivo narrar a história de vida da Dona Augusta, a partir das suas relações com o campo e a educação. Para o desenvolvimento da pesquisa, de abordagem qualitativa, utilizei¹ a história de vida que tem por objetivo apreender e compreender a vida conforme o indivíduo relata e interpreta. Para contar a história de vida da Dona Augusta realizei uma entrevista

¹ Ao utilizar a primeira pessoa do singular (EU), convido o leitor a vivenciar a “contação” e a “narração” das histórias vividas e vivenciadas pela Dona Augusta. Escrevo “EU”, por ser a narradora das histórias. Em alguns momentos, utilizo “NÓS” para descrever situações que envolve meu “EU” e um coletivo. As primeiras pessoas utilizadas (EU e NÓS) dão visibilidade a pesquisa enquanto um espaço de produção de conhecimento que não é neutro e nem busca a “ocultação” de sua autoria.

semiestruturada com ela em dezembro de 2023. A entrevista foi abordada a partir de perguntas sobre sua infância, família, estudos e relação com o trabalho no campo. Pude concluir que a história de vida da Dona Augusta dá visibilidade às suas experiências, suas práticas individuais e sociais, suas relações com o campo e a educação, seus modos de vida e sua existência na diversidade e nas diferenças de gênero enquanto mulher do campo. Ainda evidencia como suas vivências foram essenciais para estabelecer suas relações atuais com a educação e o campo.

Palavras-chave: Educação. História de vida. Mulher do campo. Trabalho no campo.

Abstract: This article aims to narrate Dona Augusta's life story, based on her relationships with the countryside and education. To develop the research, I used the life story, which aims to apprehend and understand life as the individual reports and interprets it. To tell Dona Augusta's life story, I interviewed her in December 2023. The interview was approached with questions about her childhood, family, studies, and relationship with work in the field. I was able to conclude that Dona Augusta's life story gives visibility to her experiences, her individual and social practices, her relationships with the countryside and education, her ways of life, and her existence in diversity and gender differences as a rural woman. Furthermore, it highlights how their experiences were essential to establish their current relationships with education and the countryside.

Keywords: Education. Life story. Rural woman. Work in the field.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo narrar la historia de vida de doña Augusta, a partir de sus relaciones con el campo y la educación. Para desarrollar la investigación, utilicé la historia de vida, que tiene como objetivo

aprehender y comprender la vida tal como el individuo la relata e interpreta. Para contar la historia de vida de Doña Augusta, le realicé una entrevista en diciembre de 2023. La entrevista se abordó con preguntas sobre su infancia, familia, estudios y relación con el trabajo del campo. Pude concluir que la historia de vida de Doña Augusta da visibilidad a sus vivencias, sus prácticas individuales y sociales, sus relaciones con el campo y la educación, sus formas de vida y su existencia en la diversidad y las diferencias de género como mujer rural. Además, destaca cómo sus experiencias fueron fundamentales para establecer sus relaciones actuales con la educación y el campo.

Palabras clave: Educación. Historia de vida. Mujer rural. Trabajo en el campo.

Data de submissão: 13/06/2024

Data de aprovação: 28/11/2024

Abrindo a Biblioteca

Talvez os homens não sejamos outra coisa que não um modo particular de contarmos o que somos. E, para isso, para contarmos o que somos, talvez não tenhamos outra possibilidade senão percorrermos de novo as ruínas de nossa biblioteca, para aí tentar recolher as palavras que falem por nós.

(Larrosa, 2006, p. 22)

Mulher do campo, mulher camponesa, mulher agricultora, mulher trabalhadora rural, mulher da roça, mulher... Talvez, nós, mulheres do campo, filhas de agricultoras, não sejamos outra coisa do que um modo particular de contarmos o que somos. E, para contar o que somos e como nos tornamos aquilo que somos precisei vasculhar as ruínas da biblioteca da minha mãe, Dona Augusta, para recolher as palavras e as memórias que falam por ela e com ela, por nós e conosco. Contar sobre “quem é” a Dona Augusta me possibilita compreender, também, quem sou e de onde vim.

Portanto, neste artigo, tenho por objetivo narrar a história de vida da Dona Augusta, a partir das suas relações com o campo e a educação. Contar a história de vida de alguém é sempre um desafio a ser encarado. Afinal, “a vida de qualquer indivíduo está sempre em excesso em relação às palavras que falam sobre ela. Nenhum enredo é capaz de

fazer aparecer em toda a sua multiplicidade a vida de qualquer pessoa” (Albuquerque Júnior, 2007, p. 7). Falar de si e dos outros, rememorar momentos, narrar fatos, mesmo que não dando conta dos excessos, dá visibilidade às histórias que nos constituem enquanto professoras, alunas, mães, esposas, trabalhadoras, agricultoras... o que pretendo não é buscar em poucas páginas dar conta da multiplicidade que constitui Dona Augusta, mesmo porque a vida dela está em excesso em relação às palavras escritas. O que escrevo é fruto de uma escolha, dentre tantas possíveis, que fiz nas ruínas de sua biblioteca para descrever como ela foi se constituindo, em diferentes momentos e espaços, mulher do campo.

Para contar essa história, organizei o texto em cinco seções: a introdução, intitulada **“abrindo a biblioteca”**, onde apresento o objetivo do artigo; **“entrando na biblioteca”**, onde discuto teoricamente sobre a vida e as lutas das mulheres camponesas; a metodologia da pesquisa é apresentada na seção **“vasculhando a biblioteca”**; a história de vida da Dona Augusta é contada na seção **“folheando os livros da biblioteca”**; e finalizo a escrita do artigo com as considerações finais intitulada **“fechando, brevemente, a biblioteca”**.

Entrando na Biblioteca

Mulher da roça unidas
busquemos
A sociedade que tanto
queremos
E esse dia chegará.
Mostremos garra e o nosso
jeito
De ser mulher e saber que
os direitos
Para se ter é preciso buscar.
(L. M. Antônio Gringo,
trecho da Música “Nossa
história a gente faz”)

Quem são as mulheres camponesas? O que querem as mulheres da roça? Quais lutas reivindicam? Quais direitos buscam? Por que é importante escrevermos histórias sobre elas? A trajetória das mulheres camponesas é marcada por invisibilidades, lutas e resistência contra a cultura machista e patriarcal. Embora as mulheres já tenham conquistado visibilidade em diversos setores da sociedade, no campo a história é outra (Schnorrenberger; Angelin, 2018). Muitas mulheres continuam invisibilizadas nesses espaços.

Dona Augusta, assim como milhares de mulheres do campo, tem sua história marcada pelo sexismo e patriarcalismo presente em nossa sociedade. Também possui uma trajetória constituída pelas múltiplas funções: “cuidados com a casa e a família e o trabalho na lavoura, tendo, muitas vezes, sua contribuição produtiva e

econômica, invisível na trama das relações sociais” (Gonçalves; Guimarães, 2017, p. 234).

Embora a vida das mulheres camponesas seja marcada pelas múltiplas funções que desempenham, suas atribuições na agricultura, até final da década de 1980, não eram reconhecidas enquanto trabalho. Só com a Constituição Federal de 1988, a partir de muitas lutas, as mulheres conquistaram o reconhecimento como trabalhadoras rurais. Com a Constituição, “as camponesas tiveram acesso a direitos trabalhistas e, em especial, a direitos previdenciários como a aposentadoria que, pela primeira vez, garantiu acesso à renda a essas mulheres, gerando uma maior autonomia e participação nas decisões familiares”, além de conquistarem o direito à licença-maternidade remunerada (Schnorrenberger; Angelin, 2018, p. 51). Vale destacar que, na luta pelos direitos das mulheres trabalhadoras rurais, foi constatado que muitas mulheres não tinham documentos. Iniciou-se, então, a uma campanha de emissão de documentos para que elas pudessem ter seus direitos assegurados. Dona Augusta relata que “só tirei documento de identidade em 1987. Antes, eu só tinha certidão de nascimento e casamento. Meus irmãos tiraram os documentos na década de 1970. Eles foram até à capital para poder tirar os documentos”.

Em 1997, a Articulação Nacional de Trabalhadoras Rurais (ANMTR) iniciou a Campanha Nacional de

Documentação da Trabalhadora Rural “Nenhuma Trabalhadora Rural sem Documento”. Em 2004, foi criado o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR), pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, cujo objetivo era garantir a emissão gratuita de documentos civis e trabalhistas, assegurando às mulheres seus direitos básicos. O PNDTR é articulado entre órgãos dos governos federal, estaduais e municipais, e os movimentos sociais de mulheres. Até o ano de 2015, foram emitidos quase 4 milhões de documentos e mais de 1,4 milhão de mulheres foram atendidas.

O reconhecimento dos direitos trabalhistas das mulheres trabalhadoras rurais só foi possível graças às lutas engendradas, na década de 1980, pela organização de coletivos das mulheres do campo.

As mulheres da roça descobriram e abriram caminhos de organização em 1983, no norte do estado do RS e na região Oeste de Santa Catarina, durante o processo de reabertura política no Brasil e das reivindicações por direitos que demarcaram as lutas populares no processo Constituinte. Com as discussões da Constituinte da Roça, especialmente, foram fomentados encontros de mulheres em muitas regiões de ambos os Estados, pois elas aportavam muitos questionamentos a sociedade: **‘por que eu não tenho direito? Por que só posso me aposentar quando meu marido vier a falecer? Por que eu valho menos? Por que o que eu produzo vale quase nada? Será que é possível mudar essa situação?’** Assim deu-se início da Organização das Mulheres da Roça – OMR-RS (Conte; Martins; Daron, 2009, p. 95-96, grifo nosso).

Alguns movimentos emergiram e foram essenciais para a configuração identitária das mulheres camponesas dando

visibilidade a elas enquanto mulheres trabalhadoras. A Organização das Mulheres da Roça (OMR), fundada em 1983, concomitante com as mulheres camponesas do Estado de Santa Catarina, que organizavam o Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA), possibilitou a emergência de outros movimentos sociais: O Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), fundado em 2004, representa as mulheres camponesas do país. Ainda, o MMC é um dos primeiros movimentos a nível nacional que congrega a luta camponesa classista com o feminismo (Conte; Weschenfelder; 2013); e o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), na década de 1980, que tinha as seguintes preocupações iniciais: a saúde da mulher, direito à licença maternidade, implementação de benefícios previdenciários e outros que já eram garantidos às mulheres trabalhadoras urbanas. Outro movimento que merece destaque é a Marcha das Margaridas, fundado no ano de 2000, uma manifestação de mulheres trabalhadoras rurais de todo o Brasil, em luta pelos direitos e contra a violência sofrida pelas mulheres do campo, da água e da floresta.

A organização das mulheres camponesas em Movimentos “por reivindicações de direitos propiciou uma significativa mudança identitária nessas mulheres e uma reconfiguração do seu papel de gênero no campo” (Schnorrenberger; Angelin, 2018, p. 48). Dona Augusta relata que participava do Encontro das Mulheres Trabalhadoras

Rurais, na década de 1990, “a gente fazia um encontrão, dava umas 1000 mulheres. A gente assistia a palestras, coisas assim. Mas, coisas maiores como esses Movimentos não. Mas não deixava de ser um manifesto, porque a gente andava pela rua nas comunidades onde a gente ia fazer o encontro”.

Nas falas da Dona Augusta, sua assídua participação nesses Encontros evidencia suas lutas pela igualdade de gênero, direito à educação, reconhecimento enquanto trabalhadora rural e, principalmente, visibilidade das mulheres camponesas. Suas lutas e inquietações possibilitaram uma descontinuidade histórica entre ela e suas filhas em relação ao trabalho e estudo, demonstrando que há uma nova configuração identitária das mulheres camponesas, pelo menos, das suas filhas. Mulheres independentes financeiramente, estudiosas e trabalhadoras. Essas pequenas, ou grandes, mudanças foram possíveis devido às lutas proporcionadas pelos movimentos sociais organizados pelas mulheres camponesas e/ou pelas duras lutas diárias e individuais que ela e tantas outras mulheres passaram e passam.

Vasculhando a Biblioteca

E por que narramos e contamos sobre nossas vidas?

"Contamos histórias porque finalmente as vidas humanas necessitam e merecem ser contadas".

(Ricoeur, 1983, p. 19).

Por que contar a história da Dona Augusta? Porque ela necessita e merece ser contada. Porque a sua história entrelaça-se com outras histórias, dá visibilidade ao seu espaço local e global e, também, evidencia tramas de uma coletividade. E, principalmente, porque poucas são as mulheres lembradas e consideradas pela historiografia e,

[...] quando são lembradas, geralmente 'só foram alguém, por terem sido esposas de alguém importante, que as fez ser...' ou porque foi 'santa' sendo morta, sacrificada pela causa dos outros, etc. Além disso, **o padrão existente na sociedade é urbano, então, menos ainda se sabe sobre mulheres camponesas** (Conte; Martins; Daron, 2009, p. 87, grifo nosso).

Contar a história da Dona Augusta ajuda a dar visibilidade às mulheres camponesas. Portanto, para o desenvolvimento da pesquisa, de abordagem qualitativa, utilizei a história de vida que tem por objetivo apreender e compreender a vida conforme o indivíduo relata e interpreta (Glat, 1989). No método de história de vida, o sujeito narra

os fatos sobre o que ele acredita que seja importante sobre sua vida (Glat, 1989).

Pesquisar em histórias de vida é participar da reconstrução da memória de vivências narradas ao pesquisador. As histórias de vida, nessa acepção, contribuem para que os sujeitos da narração ressignifiquem acontecimentos e recriem fatos da memória individual e coletiva trilhados em suas vidas, delineados por marcas construídas numa relação intrapessoal, consigo mesmo e, interpessoal, estabelecida na relação com o outro. (Simão; Frison, 2020, p. 73)

As histórias de vida, por mais particulares que sejam, são sempre relatos de práticas sociais e das formas com que o indivíduo atua no seu espaço local e global (Bertaux, 1980). Ainda, "os métodos biográficos, os relatos de vida, as entrevistas em profundidade delineiam um território bem reconhecido, uma cartografia da trajetória - individual - em busca de seus acentos coletivos" (Arfuch, 2002, p. 17). Olhar para a história de vida da Dona Augusta é, também, olhar para as práticas sociais e para as formas como ela atua e se relaciona com seu espaço local e global. É buscar pelos acentos coletivos que são estabelecidos através de sua trajetória e constituição enquanto mulher do campo. Para a escrita da história é importante compreender que o processo para recolher as histórias

[...] se dá no tempo do encontro. Pesquisador e sujeito ao iniciarem esse processo aceitam um convite de compartilharem uma nova experiência, quando o pesquisador deve repensar constantemente os lugares estabelecidos. A história de vida ressalta a abertura ao sujeito que narra e para isso esse encontro necessitará de interação e afeto. (Nogueira et al., 2017, p. 483)

Para recolher a história de vida é preciso recorrer à memória. Memorar o passado é um fazer constante. Para Bosi (1987, p. 17), a memória é trabalho, “lembrar não é reviver, é refazer, reconstruir, repensar com ideias de hoje, as experiências do passado”. “Lembrar não é viver de novo, é construir – sempre de outro jeito – o vivido, que se torna novo, nosso” (Nogueira et al., 2017, p. 476).

Para contar a história de vida da Dona Augusta realizei uma entrevista semiestruturada, em dezembro de 2023, abordada a partir de perguntas sobre sua infância, família, estudos e relação com o trabalho no campo. Nosso encontro foi realizado em São João do Sul, na própria casa da Dona Augusta. A casa é o lugar onde ela nasceu, cresceu, envelheceu e permanece morando. É importante enfatizar que “é no lugar que mora a memória e a experiência, pois é onde a vida acontece e, assim, é onde o sentido e os significados se inscrevem; ficando ali registrados para serem recriados” (Nogueira et al., 2017, p. 481). Sentadas em volta da mesa, acompanhadas de um café quentinho, compartilhamos experiências, afeto, algumas risadas e muitas reflexões. Conversamos sobre sua infância, sua

relação com a família e com o trabalho na agricultura, e, principalmente, como foi seu processo escolar e sua atual relação com a educação.

A história de vida “constitui-se em um modo próprio de investigação, porque se refere à trajetória de vida de um sujeito, reconstruída por meio da escuta reflexiva de um relato” (Simão; Frison, 2020, p. 74). Portanto, o que escrevo é fruto de uma escolha, referente à trajetória de vida da Dona Augusta, que fiz nas ruínas de sua biblioteca para descrever como foi sendo construído, em diferentes momentos, suas relações com o campo, a educação e sua constituição enquanto mulher. O texto que segue é constituído por fragmentos das memórias de Dona Augusta, por fatos que marcaram a sua trajetória, e talvez as lembranças desses momentos vividos me levem a uma escrita mais ou menos cronológica, mais ou menos linear, mais ou menos sequencial.

Folheando os Livros da Biblioteca

Trabalhadora, mulher da
roça, não desanima, não cai
na fossa.

Unidas vamos festejar. Com
alegria mais uma vitória

Organizadas fazemos a
história e um novo sol então
irá brilhar

(L. M. Antônio Gringo, trecho
da Música "Nossa história a
gente faz")

Trabalhadora, mulher da roça, mulher camponesa, Dona Augusta, hoje com 74 anos, nasceu e cresceu no município de São João do Sul, localizado no extremo sul de Santa Catarina (com população estimada em 7 mil habitantes), reconhecido em 2023 como a capital catarinense do carro de boi. Ela sempre viveu das lides do campo e ainda hoje mora na mesma propriedade que era dos seus pais. Sua relação com o campo iniciou muito cedo, pois desde menina já ajudava os pais no plantio e colheita de mandioca, que utilizavam para produção de farinha e polvilho – principal atividade econômica da família. Além disso, sua família sempre produziu boa parte dos alimentos que consumia: legumes, verduras, carnes... Hoje, aposentada, não exerce a agricultura enquanto atividade econômica, mas, continua produzindo alguns alimentos para consumo próprio. Para contar a história desta mulher camponesa organizei três momentos e os intitulei **“Livro 1: infância, educação e o papel da mulher camponesa”**, **“Livro 2: trabalho, casamento e o papel da mulher camponesa”** e **“Livro 3: filhos, educação e o papel da mulher camponesa”**. Vamos folhear as páginas e conhecer um pouco desta história?

Livro 1: infância, educação e o papel da mulher camponesa

Por onde começar,
entretanto?
Pelo meio, claro, por onde
mais?
Quer dizer, por qualquer
lugar, inclusive pelo começo.

(Silva, 2002, p. 48).

Por onde começarei? Começarei pelo começo. Pelos começos. Começar por onde? Dentre tantos começos possíveis, optei por começar pela infância.

Sentadas, aconchegadas e alguns sorrisos estampados. Dona Augusta começa sua história “pelo começo”, começo definido como sendo “a infância”. Em relação à sua infância, ela nos conta que “nós somos em sete irmãos, eu sou a quinta filha. Eu tenho dois irmãos mais novos que eu ajudava a cuidar, principalmente o Nequinho, que é o mais novo, eu tinha 10 anos na época. Eu também ajudava em todo serviço: lavar louça, limpar pátio, capinar o arvoredor. Aos 12 anos a gente já ia para a roça. Eu capinava e trabalhava no plantio de mandioca. Na primavera, a gente plantava mandioca; no verão, cuidava e capinava; no inverno, colhia para a produção de farinha e polvilho. O

serviço era todo manual, a gente tinha bastante trabalho”. As mulheres do campo exerciam e continuam exercendo “trabalho múltiplo” (Gonçalves; Guimarães, 2017, p. 247). Elas são responsáveis pelos afazeres domésticos e, também, pelo trabalho na roça.

A mulher no meio rural exerce funções de adubação, capinação, colheitas, podas, secar, malhar, ensacar o feijão (e outros grãos), cuidar das pequenas criações, torna-se responsável por todo trabalho ao seu entorno etc. No entanto, não obstante sua relevância na produção agrícola, **seu trabalho ainda permanece invisível** (Gonçalves; Guimarães, 2017, p. 237, grifo nosso).

Sobre seu processo de escolarização, Dona Augusta relembra que naquela época “aqui no interior os pais costumavam dizer que filha mulher não precisava estudar. Então, meu pai resistiu muito para me matricular em uma escola e só consegui estudar até o terceiro ano do ensino fundamental. Naquela época, eles criavam a filha mulher para ser dona de casa e se casar, não precisava estudar. Meus irmãos estavam todos matriculados na escola. Minha irmã nunca foi matriculada, ela aprendeu a ler e escrever um pouquinho em casa com os irmãos”. Essa narrativa enfatiza que os homens possuíam e, ainda, possuem “melhores oportunidades e benefícios nessa sociedade, enquanto mulheres e outros grupos marginalizados estão à quem dos direitos, embora tenham que cumprir uma série de obrigações, mesmo seu direito de igualdade sendo negado ou marginalizado” (Santos; Vieira; Alves, 2023, p. 5).

Ela continua vasculhando suas memórias e relata: “lembro até hoje o dia em que a Dona Ládía veio na nossa casa convencer o meu pai a me matricular na escola. Parece que a estou vendo agora. Ela era diretora da escola e ia nas casas convencer os pais a matricularem as meninas. Eu gostava de ir para a escola porque eu queria aprender, tinha os colegas e os professores. Eu lembro do meu uniforme, uma saia azul marinho de preguinhas e uma blusa branca. Minha mãe fez uma bolsa de babadinho bem bonitinha para eu levar os materiais. Eu caminhava descalça dois quilômetros para chegar na escola. Quando eu colocava calçado os colegas perguntavam se eu estava doente. Eu dizia que não, que tinha ganhado e queria usar. Eu gostava de estudar, só que no dia dos exames eu não ia porque tinha medo. Aí eu reprovava de ano. Até que um dia a Dona Ládía fez um exame só comigo e eu passei. Ela achava que eu não tinha mais nada para aprender no 1º ano X e me passou para o 1º ano Z. Depois desse dia, comecei a fazer os exames. Depois fui para o 2º e para o 3º ano. Mas, quando terminei o 3º ano, meu pai me tirou da escola. Meu pai achava que eu não precisava estudar mais”.

A história narrada evidencia que o patriarcado afirma os papéis enquadrando as funções e posições sociais direcionando o que cada gênero pode e deve fazer (Almeida, 2010). Nesse sentido,

Historicamente, **as ações da família e da escola tiveram por marca a aceitação passiva do patriarcado** como centro das relações sociais e que por mais que se lute contra tal forma de proceder, ele está enraizado na sociedade. Como sistema social baseado na cultura, trata-se de estruturas e relações que favorecem “homens”, (preferencialmente o homem branco, heterossexual) e ancora-se no conceito de hetenormatividade e masculinidade hegemônica (Santos; Vieira; Alves, 2023, p.5, grifo nosso).

A divisão das ações da família com base no gênero, acaba conferindo à mulher camponesa jornadas mais duras, sendo responsabilizada pelos cuidados com a família, manutenção do ambiente doméstico e atuação na produção agrícola (Faleiro; Farias, 2017). No caso da Dona Augusta e de sua irmã, os estudos não eram para elas, só seus irmãos podiam estudar sem represálias. Elas eram ensinadas a como serem boas donas de casa, esposas e agricultoras.

Dona Augusta relembra o livro didático utilizado por ela na escola e como esse material se tornou “um objeto/material para as minhas brincadeiras de escolinha”, “tu adorava brincar de escolinha, achei meu livro e do teu pai e te dei. Tu sempre brincava com ele. Tinha alunos imaginários e ensinava para eles as coisas do livro”.

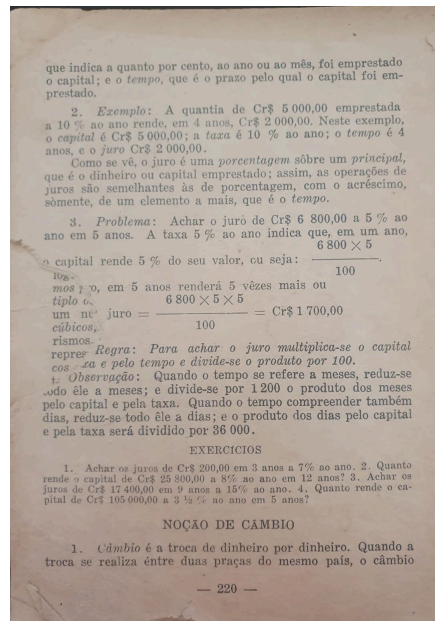
Figura 1 – Capa do livro Infância Brasileira



Fonte: Espinheira, 1960.

O livro “Infância Brasileira”, para a segunda série primária, contém conhecimentos gerais sobre Linguagem, História do Brasil, Geografia, Ciências Naturais e Matemática. Este livro era utilizado pela minha mãe. O livro usado pelo meu pai não foi bem conservado com o tempo, não possui capa e muitas páginas foram arrancadas. Não tenho informações sobre a coleção, ano e nem autores. Na imagem 2 podemos ter uma “ideia” do livro.

Figura 2 – Conteúdo do livro



Fonte: registro da própria autora, 2024.

Hoje, os livros são utilizados por mim em minhas aulas na graduação. Utilizo o material nas disciplinas metodológicas que ministro no curso de Licenciatura em Educação do Campo com o objetivo de analisarmos a historicidade do ensino e as mudanças que os livros sofrem de acordo com o contexto sociopolítico de cada época.

Livro 2: Trabalho, casamento e o papel da mulher camponesa

No que tange à sua relação com o trabalho no campo, Dona Augusta nos conta que saiu da escola para “trabalhar na roça: plantar e capinar. Nossa sobrevivência era da mandioca. Saí da escola para me dedicar à roça, eu tinha 12 anos e trabalhava na roça o dia inteiro. Eu gostava de trabalhar na roça, mas era bem precário. Acho que se fosse hoje a gente não sobreviveria. A gente tomava banho só duas vezes na semana, de gamela. Nos outros dias, nossa higiene era bem básica, lavava os pés na bacia e um aproveitava a água do outro. Eu nem pude me arrepender de deixar de estudar porque a gente não tinha nem essa opção. Eu tinha vontade de ter estudado como outras amigas que continuaram na escola, mas minha opção era só uma. Então, me arrepender não era escolha. Eu só podia ir para a roça”. Considerando este relato, enfatiza-se que, no campo, “a divisão sexual do trabalho e as relações entre homens e mulheres não são construídas com base nas características biológicas, mas num produto social que legitima as relações de poder que se forma no processo histórico e pode ser transformado” (Gonçalves; Guimarães, 2017, p. 237, grifo nosso).

Vale ressaltar, também, que, embora as mulheres exerçam “trabalho múltiplo”, ainda há escassez de dados e informações sobre a real condição de trabalho e vida delas.

As mulheres representam 47,8% da população residente no meio rural (aproximadamente 15 milhões de pessoas), “[...] muitas delas sem acesso à cidadania, saúde, educação e sem reconhecimento da sua condição de agricultora familiar, trabalhadora rural, quilombola ou camponesa” (Brasil, 2008, p. 141).

No ano de 1979, aos 29 anos, “um pouco velha para a época, né?!”, ela se casou com Seu Laerte e conta que foram “morar em Santa Rosa do Sul. Trabalhei 2 anos na sapataria e depois fomos morar em Cachoeirinha, no Rio Grande do Sul. Lá, a gente também trabalhava na sapataria. Mas não estávamos bem financeiramente. Meu pai ofereceu para a gente voltar e morar na casa dele, porque ele estava indo morar em uma comunidade próxima e a casa ficaria vazia. Também falou que a gente poderia trabalhar no engenho de polvilho. Como não estava indo bem em Cachoeirinha, decidimos voltar. Meu marido faleceu em 2006. Eu continuo morando aqui, no lugar onde nasci”. Em relação às suas funções, ela relata que “casando, eu continuei fazendo os afazeres de casa e o trabalho fora. Sempre fiz de tudo. Só que depois de casada, eu também tinha meus filhos para cuidar. Com o casamento, eu acabei tendo mais trabalho porque meu marido não ajudava com os filhos, eu fazia tudo”.

Com o casamento, as múltiplas funções atribuídas a ela não só continuaram como aumentaram. Além da casa, pátio e agricultura, Dona Augusta tinha um marido e seus filhos

para cuidar. A sua história não é diferente das milhares de mulheres camponesas e urbanas. É importante analisarmos que ao homem, historicamente, foi atribuído o papel de provedor do lar e o papel da mulher foi naturalizado como mãe e cuidadora. Embora pesquisas tenham evidenciado um aumento, a partir da década de 1990, no envolvimento dos homens nos afazeres domésticos e cuidados com os filhos, ainda “muita coisa continua igual: as mulheres permanecem as principais responsáveis pelas atividades domésticas e cuidados com os filhos e demais familiares, o que representa uma sobrecarga para aquelas que também realizam atividades econômicas” (Bruschini; Ricoldi, 2010, p. 18). Mesmo que mudanças tenham ocorrido nos últimos anos, “as tarefas ligadas aos afazeres domésticos ainda são um atributo predominantemente feminino nas famílias” (Bruschini; Ricoldi, 2010, p. 19).

Livro 3: Filhos, educação e o papel da mulher camponesa

Essas vivências levaram Dona Augusta a incentivar seus filhos nos estudos, ela conta que “queria para meus filhos uma vida diferente da minha. O tempo passou e a vida na roça não estava correspondendo mais àquilo que eu queria para os meus filhos. A vida na roça era muito difícil, cansativa, sol, chuva, vento, a gente enfrentava tudo. Eu queria que eles estudassem, para ter uma vida melhor, para

que mudassem aquela forma de lidar com a roça, de se fechar para o mundo. Na roça a gente não aprende o que ensinam na escola. Eu queria que meus filhos tivessem outros conhecimentos também. Eu acho que a educação é uma forma de mudar as coisas, de ter mais conhecimento. Na roça tem conhecimento, mas é preciso estudar para ter mais conhecimento”.

Dona Augusta reconhece que os sujeitos do campo são sábios em seus saberes e fazeres, que possuem conhecimentos sobre o que a terra produz e o conjunto de saberes que a lida propicia (Molina, 2008). Porém, também destaca a importância dos conhecimentos científicos e escolarizados. Para ela, “hoje ser agricultor é diferente da minha época. Hoje o agricultor tem estudos e recebe instruções de cooperativas. Na minha época, não tínhamos isso. Então, eu queria mudar isso. Todos os meus filhos estudaram. A minha filha mais velha fez mestrado, o filho do meio fez curso técnico e a mais nova fez doutorado. Sempre incentivei”.

Essa narrativa nos mostra a importância dada à educação por Dona Augusta e a necessidade que os povos do campo possuem em relação ao ensino e aprendizagem. Principalmente, as mulheres e meninas do campo, já que de acordo com o II Plano de Políticas para as Mulheres (Brasil, 2008), o acesso à educação é menor entre meninas e mulheres do campo, em relação às que vivem nas zonas urbanas. Assim, compreendemos que ainda há a

necessidade de intensificação das políticas de acesso à educação em todos os níveis de ensino pelos povos do campo, para que esses tenham a possibilidade de cursar a Educação Básica e ingressar no Ensino Superior (INEP, 2015).

Ela nos conta que, devido às suas vivências e memórias, a sua relação com a educação e o campo, na atualidade, apresenta ressonâncias daquela época, “hoje eu sou aposentada, vivo no meio da roça, minha profissão sempre foi agricultora. Continuo acompanhando alguns agricultores e percebo que a agricultura está bem evoluída, diferente da minha época. Em relação à educação, hoje acompanho minha filha mais nova em congressos, eu gosto de estar nesse meio também. Já fui a vários congressos e gosto de escutar as palestras. Valorizo muito a pessoa que vive da educação, que vive daquele curso que ela fez, estudou e consegue tirar seu sustento disso. Acho que é muito importante estudar. Para ter melhores informações. Para que busquem a profissão dos sonhos. Que através dos estudos se realize o sonho de uma profissão”.

Para finalizar o livro 3, menciona-se que Dona Augusta participou do X Congresso Internacional de Pesquisa (auto)Biográfica, ocorrido em maio de 2024, em Salvador. Foi o primeiro congresso que participou como autora e apresentadora. Dona Augusta, pela primeira vez, teve a oportunidade de falar sobre sua história, fazer parte de um espaço institucional e, principalmente, dar voz e enfatizar a importância das histórias das mulheres camponesas.

Ela relata que “me senti tranquila, não estava nervosa. Fiquei feliz porque depois da apresentação fui convidada para dar uma palestra². Meu deus, essa minha filha me coloca em cada situação (risos)”.

Fechando, brevemente a biblioteca

O presente artigo teve por objetivo narrar a história de vida da Dona Augusta, a partir das suas relações com o campo e a educação. O texto foi constituído por fragmentos das memórias dela, por fatos que marcaram a sua trajetória, e talvez as lembranças desses momentos vividos me levaram a uma escrita mais ou menos cronológica, mais ou menos linear, mais ou menos sequencial.

A trajetória de Dona Augusta é permeada por múltiplas funções: cuidar do pátio, trabalhar na roça, cuidar dos irmãos mais novos, cozinhar, limpar a casa, educar os filhos, ser esposa... Mesmo com tantas atribuições “seu trabalho ainda permanece invisível” e sua história, como de tantas outras mulheres camponesas, não tem a visibilidade que merece (Gonçalves; Guimarães, 2017, p. 237).

A história de vida da Dona Augusta dá visibilidade às suas experiências, suas práticas individuais e sociais, suas relações com o campo e a educação, seus modos de vida e sua existência na diversidade e nas diferenças de gênero enquanto mulher do campo. Ainda, suas narrativas,

² Eu e Dona Augusta fomos convidadas para participar de um evento para falarmos sobre as mulheres camponesas.

memórias e lembranças evidenciam ressonâncias coletivas que são estabelecidas através de sua trajetória e constituição enquanto mulher do campo. Esses entrelaçamentos com o coletivo podem ser percebidos pelos diálogos estabelecidos entre sua história e os referenciais teóricos.

Outras pesquisas e escritas sobre a história de outras mulheres do campo serão desenvolvidas com o objetivo de dar visibilidade a tantas memórias e mostrar seus entrelaçamentos com as lutas dos movimentos sociais, conjunturas políticas, econômicas e educacionais de cada época. Suas histórias, por mais individuais que pareçam ser, fazem parte de um contexto coletivo que estão permeados por relações de poder.

Para finalizar, e por que narrarei e contarei sobre tantas vidas? Contarei porque “finalmente as vidas humanas necessitam e merecem ser contadas” (Ricoeur, 1983, p. 19).

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. DE. O PENSADOR DE TODAS AS SOLIDÕES: MICHEL FOUCAULT, UMA BIOGRAFIA INTELECTUAL. **REVISTA EDUCAÇÃO - ESPECIAL BIBLIOTECA DO PROFESSOR 3**: FOUCAULT PENSA A EDUCAÇÃO, SÃO PAULO, P. 6-15, 1. MAR. 2007.

ALMEIDA, JANAÍKY PEREIRA DE. **AS MULTIFACES DO PATRIARCADO**: UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES DE GÊNERO NAS FAMÍLIAS HOMOAFETIVAS. 2010. DISSERTAÇÃO (MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL) – UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, RECIFE, 2010.

ARFUCH, L. **EL ESPACIO BIOGRÁFICO**: DILEMAS DE LA SUBJETIVIDAD CONTEMPORÁNEA. BUENOS AIRES: FONDO DE CULTURA ECONÓMICA, 2002.

BOSI, E. **MEMÓRIA E SOCIEDADE**: LEMBRANÇAS DE VELHOS. SÃO PAULO: EDUSP, 1987.

BERTAUX, D. L'APPROCHE BIOGRAPHIQUE: SA VALITÉ MÉTHODOLOGIQUE, SES POTENTIALITÉS. **CAHIERS INTERNATIONAUX DE SOCIOLOGIE**, PARIS, V. 69, P. 197-225, 1980.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. **II PLANO NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES**. BRASÍLIA: SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2008.

BRUSCHINI, MARIA CRISTINA ARANHA; RICOLDI, ARLENE MARTINEZ. **REVENDO ESTEREÓTIPOS**: O PAPEL DOS HOMENS NO TRABALHO DOMÉSTICO. SÃO PAULO: FCC/DPE. 2010.

CONTE, ISAURA ISABEL; MARTINS, MARIANE DENISE; DARON, VANDERLÉIA PULGA. MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS: NA LUTA A CONSTITUIÇÃO DE UMA IDENTIDADE FEMINISTA, POPULAR E CAMPONESA. *In*: PALUDO, CONCEIÇÃO (ORG.). **MULHERES RESITÊNCIA E LUTA EM DEFESA DA VIDA**. SÃO LEOPOLDO: CEBI, 2009. P. X-Y.

CONTE, ISAURA ISABEL; WESCHENFELDER, NOELI VALENTINA. POSSIBILIDADES DE CONSTRUÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO NO CAMPO. **REVISTA REFLEXÃO E AÇÃO**, SANTA CRUZ DO SUL, v. 21, n. 2, p.445-460, JUL./DEZ. 2013. DOI: [HTTPS://DOI.ORG/10.17058/REA.v21i2.2165](https://doi.org/10.17058/REA.v21i2.2165). DISPONÍVEL EM: [HTTPS://ONLINE.UNISC.BR/SEER/INDEX.PHP/REFLEX/ARTICLE/VIEW/2165](https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/2165). ACESSO EM: 11 JUN. 2024.

ESPINHEIRA, ARIOSTO. **INFÂNCIA BRASILEIRA PARA A SEGUNDA SÉRIE PRIMÁRIA**. SÃO PAULO: COMPANHIA EDITORA NACIONAL, 1960.

FALEIRO, W.; FARIAS, M. N. INCLUSÃO DE MULHERES CAMPONESAS NA UNIVERSIDADE: ENTRE SONHOS, DESAFIOS E LUTAS. **EDUCAÇÃO PESQUISA**, SÃO PAULO, v. 43, n. 3, p. 833-846, JUL./SET., 2017.

GLAT, R. **SOMOS IGUAIS A VOCÊS**: DEPOIMENTOS DE MULHERES COM DEFICIÊNCIA MENTAL. RIO DE JANEIRO: AGIR, 1989.

GONÇALVES, RAQUEL QUIRINO; GUIMARÃES, SORAIA DE MELLO. RELAÇÕES DE GÊNERO E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NO MEIO RURAL: INTERLOCUÇÕES COM O MOVIMENTO SOCIAL "MARCHA DAS MARGARIDAS". **REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO**, TOCANTINÓPOLIS, v. 2, n. 1, p. 231-251, 2017. DOI: [HTTP://DX.DOI.ORG/10.20873/UFT.2525-4863.2017V2N1P231](http://dx.doi.org/10.20873/uft.2525-4863.2017v2n1p231). DISPONÍVEL EM: [HTTPS://SISTEMAS.UFT.EDU.BR/PERIODICOS/INDEX.PHP/CAMPO/ARTICLE/VIEW/3287/9643](https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/campo/article/view/3287/9643). ACESSO EM: 11 JUN. 2024.

INEP. **PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO PNE 2014-2024**: LINHA DE BASE. BRASÍLIA, DF: INEP, 2015.

LARROSA, JORGE. **PEDAGOGIA PROFANA**: DANÇAS PIRUETAS E MASCARADAS. 4. ED. BELO HORIZONTE: AUTÊNTICA, 2006.

MOLINA, MONICA. C. A CONSTITUCIONALIDADE E A JUSTICIBILIDADE DO DIREITO À EDUCAÇÃO DOS POVOS DO CAMPO. *IN*: SANTOS, C. A. DOS (ORG.). **POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO**: CAMPO – POLÍTICAS PÚBLICAS – EDUCAÇÃO. BRASÍLIA: INCRA; MDA, 2008. p. 19-31.

NOGUEIRA, MARIA LUÍSA MAGALHÃES; BARROS, VANESSA ANDRADE DE; ARAUJO, ADRIANA DIAS GOMIDE; PIMENTA, DENISE APARECIDA OLIVEIRA. O. O MÉTODO DE HISTÓRIA DE VIDA: EXIGÊNCIAS DE UM ENCONTRO EM TEMPOS DE ACELERAÇÃO. **PESQUISAS E PRÁTICAS PSICOSSOCIAIS**, SÃO JOÃO DEL REI, v. 12, n. 2, p. 466-485, 2017. DISPONÍVEL EM: [HTTP://PEPSIC.BVSALUD.ORG/PDF/PPP/V12N2/16.PDF](http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ppp/v12n2/16.pdf). ACESSO EM: 11 JUN. 2024.

RICOEUR, PAUL. **TEMPS ET RÉCIT**. PARIS: SEUIL, 1983.

SANTOS, WELSON BARBOSA; VIEIRA, MAURO MACHADO; ALVES, DENISE DE OLIVEIRA. GÊNERO E SEXUALIDADE NA DINÂMICA ESCOLAR CAMPESINA. **Foco (FACULDADE Novo MILÊNIO)**, CURITIBA, v. 16, n. 1, p. E761, p. 1-15, 2023. DOI: [HTTPS://DOI.ORG/10.54751/REVISTAFOCO.v16n1-057](https://doi.org/10.54751/REVISTAFOCO.v16n1-057). DISPONÍVEL EM: [HTTPS://OJS.FOCOPUBLICACOES.COM.BR/FOCO/ARTICLE/VIEW/761](https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/761). ACESSO EM: 11 JUN. 2024.

SCHNORRENBERGER, NEUSA; ANGELIN, ROSÂNGELA. MULHERES CAMPONESAS NO BRASIL: A LUTA POR DIREITOS DE CIDADANIA E RECONHECIMENTO IDENTITÁRIO. **REVISTA**

BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA DO DIREITO, BRASÍLIA, DF, v. 5, n. 3, p. 38-57, SET./DEZ. 2018. DOI: DOI: [HTTPS://DOI.ORG/10.21910/RBSD.v5n3.2018.234](https://doi.org/10.21910/RBSD.v5n3.2018.234). DISPONÍVEL EM: [HTTPS://REVISTA.ABRASD.COM.BR/INDEX.PHP/RBSD/ARTICLE/VIEW/234](https://revista.abrasd.com.br/index.php/rbsd/article/view/234). ACESSO EM: 11 JUN. 2024.

SILVA, TOMAZ TADEU. A ARTE DO ENCONTRO E DA COMPOSIÇÃO: SPINOZA + CURRÍCULO + DELEUZE. **EDUCAÇÃO E REALIDADE**, PORTO ALEGRE, RS, v. 27, n. 2, p. 47-57, JUL./DEZ. 2002. DISPONÍVEL EM:

[HTTPS://SEER.UFRGS.BR/EDUCACAOEREALIDADE/ARTICLE/VIEW/25915](https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/25915). ACESSO EM:

11 JUN. 2024.

SIMÃO, ANA MARGARIDA DA VEIGA; FRISON, LOURDES MARIA BRAGAGNOLO.

HISTÓRIAS DE VIDA EM PESQUISA (AUTO)BIOGRÁFICA: CIRCUITO QUE INCLUI TEMPOS,

LUGARES E AUTORREGULAÇÃO DA APRENDIZAGEM. **REVISTA BRASILEIRA DE PESQUISA**

(AUTO)BIOGRÁFICA, SALVADOR, v. 05, n. 13, p. 71-90, JAN./ABR. 2020. DOI:

[HTTP://DX.DOI.ORG/10.31892/RBPAB2525-426X.2020.v5.N13.P71-90](http://dx.doi.org/10.31892/RBPAB2525-426X.2020.v5.N13.P71-90).

DISPONÍVEL EM: [HTTPS://REVISTAS.UNEB.BR/INDEX.PHP/RBPAB/ARTICLE/VIEW/7508](https://revistas.uneb.br/index.php/RBPAB/article/view/7508).

ACESSO EM: 11 JUN.2024.